

UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A REFLECTION ON THE RELATIONSHIP BETWEEN POPULAR EDUCATION AND ANTI-RACIST EDUCATION

DOI: 10.70860/ufnt.entreletras.e20064

Betania Oliveira Barroso¹

Jean Pierr de Sousa Viana Figueiredo²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo manifestar alguns aspectos sobre a relação existente entre a Educação Popular e a Educação Antirracista, considerando que ambas as perspectivas educacionais podem colaborar para dissolução das situações de opressão social e preconceito. Nossa base de teorização está ancorada na perspectiva da pedagogia de Paulo Freire, mas também, fazemos um esforço teórico e metodológico com base na literatura antirracista, igualmente, nas atividades desenvolvidas pela Ong Ação Educativa e a Coordenação da Educação da Igualdade Racial de Imperatriz nas escolas estaduais de ensino médio. Apresentamos como resultado a minimização dos impactos dessas opressões no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Popular; antirracismo; emancipação; identidade.

Abstract: This article aims to demonstrate some aspects of the relationship between Popular Education and Anti-Racist Education, considering that both educational perspectives can contribute to dissolving situations of social oppression and prejudice. Our theoretical basis is anchored in Paulo Freire's pedagogical perspective, and we also make a theoretical and methodological effort based on anti-racist literature, as well as on the activities developed by the NGO Ação Educativa and the Coordination of Racial Equality Education of Imperatriz in state high schools. Our results show that the impacts of these oppressions in the school environment have been minimized.

Keywords: Popular Education; Anti-racist; emancipation; identity.

Introdução

¹ Doutora em Educação e professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE/UFMA). Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLIT/UFNT) sob a supervisão do prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo. E-mail: betania.barroso@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7644-8050>.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Integra o Grupo de Ensino Pesquisa e Extensão em Educação Popular (GEPEEP/UFMA). E-mail: svfigueiredo50@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4656-5538>.

Estamos vivendo um momento importante no campo educacional considerando os avanços que, de certa forma, vem ocorrendo acerca da diversidade epistemológica do mundo, no que concerne as discussões que circundam a atuação das ciências humanas e sociais no campo educacional, tendo em vista as temáticas sobre a diversidade humana, como por exemplo a Educação Antirracista. Nesse sentido, compreendemos que esse debate não ocorre com a devida linearidade ou livre de questionamentos, mas movimentando novas indagações sobre a prática pedagógica e teorias educacionais, bem como, a repercussão de ações e atividades escolares que possam promover reflexões e mudanças. Diante desse entendimento, enfatizamos que os currículos deveriam, necessariamente, passar por uma retificação propondo uma adequação ao movimento emancipatório de sujeitos, vislumbrando a construção de propostas que dialoguem com a realidade sociocultural e política da educação brasileira.

Nesse sentido, vemos na Educação Popular e Educação Antirracista modelos educacionais que podem gerar inúmeras reflexões por meio da conscientização político-pedagógica ao considerarmos o contexto vivido nos anos de chumbo³ que impactaram profundamente o povo brasileiro, especialmente, no contexto educacional. A partir dessa compreensão surge a necessidade de trabalhar pela liberdade e construção de uma consciência coletiva com viés transformador e libertador que possibilite o rompimento das estruturas de opressão. Atualmente, podemos dizer que não existem ditaduras na América Latina e, no Brasil, tem-se evidenciado novos tipos de opressão caracterizados pelo mercado, pela exclusão e desigualdades sociais, bem como do conhecimento.

Diante do exposto, compreendemos que a Educação Popular oferece para a educação brasileira mecanismos de combate as tensões sociais, pois evidencia o sistema capitalista opressor, além disso busca caminhos para resistência promovendo uma educação voltada despertar nos educandos um olhar crítico do mundo. Esse modelo educacional tem suas bases lastreadas num método dialógico de espírito libertador que atua de maneira amorosa nos espaços de participação e reivindicação de direitos de grupos específicos. Sublinhando que, trabalhar com e a partir da diversidade se faz necessário para promoção de uma sociedade

³ De acordo com Silva (s.d.), “a Ditadura Civil- Militar é o como chamamos o período em que os governos militares estiveram à frente do Brasil, entre 1964 e 1985. Foi um dos mais tensos da história brasileira e ficou marcado pela falta de liberdade, pelo uso de tortura contra os opositores políticos e pela prática de terrorismo de Estado. A Ditadura Militar foi iniciada por um golpe civil-militar realizado em 1964, contra o então presidente João Goulart. Os militares passaram a impor um regime autoritário que era sustentado por atos institucionais. Ao longo dos 21 anos de ditadura, o Brasil teve cinco presidentes-generais. O saldo da ditadura foi de 434 entre mortos e desaparecidos, além da morte de milhares de indígenas”. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/ditadura-militar-no-brasil.htm>. Acesso em: 26 jun. 2025.

equitativa, contemplando pontos fundantes do conceito de sociedade como a visibilidade “do outro” também a multiplicidade das expressões sociais, culturais e políticas.

Esclarecendo que temos um dilema complexo para enfrentar se considerarmos fatores como a desigualdade social, apreendemos que em grande parte a defesa de uma educação pública e de qualidade é urgente. Diante desse cenário de enfrentamento e de inúmeros desafios a responsabilidade da Educação Popular, é importante já que esse cenário de desigualdades caracterizados pela globalização exige uma revisão aprofundada dos valores sociais, conforme encontramos na práxis da Educação Popular. Estamos dissertando sobre aspectos educacionais que concebem os sujeitos a partir da sua diversidade cultural, da reciprocidade e fundamentalmente da sua relação com o mundo. Assim, de acordo com Paulo Freire:

Uma pedagogia que estrutura seu círculo de cultura como lugar de uma prática livre e crítica não pode ser vista como uma idealização a mais da liberdade. As dimensões do sentido e da prática humana encontram-se solidárias em seus fundamentos. E assim a visão educacional não deixar de ser ao mesmo tempo uma crítica da opressão real em que vivem os homens e uma expressão da sua luta por libertar-se. [...] a compreensão desta pedagogia em sua dimensão prática, política ou social, requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se (Freire, 1967, p. 8).

A liberdade deve ser o ponto de partida para a construção de uma sociedade de sujeitos conscientes e a educação assume papel fundamental no processo de elaboração dos sentidos que envolvem a relação das pessoas como o mundo. Faz-se necessário anunciar que segundo Freire, a educação ao adquirir significado na vida dos educandos, estes, passam potencializar o sentido de identidade e pertencimento em relação às situações de seu contexto, ou seja, é possível que se inicie uma relação reflexiva e enriquecedora.

Nesse sentido, o movimento reflexivo-crítico-emancipador da Educação Antirracista fortalece com vigor o campo de luta contra as opressões enraizadas nos crimes de racismo. Reconhecemos, e também, torna-se urgente o trabalho de reeducação que priorize as relações étnico-raciais como estratégia imperativa para a construção de políticas públicas, valorizando a educação de qualidade, ao mesmo tempo, comprometida com a produção de conhecimentos antirracistas com a finalidade de contribuir para a desnaturalização do preconceito racial. Por conseguinte, essa ação exige que observemos o contexto de resistência histórica e de luta diante

das opressões, protagonizado e sistematizado pelos movimentos sociais, principalmente, do Movimento Negro⁴ no Brasil.

É nesse universo de lutas que o Movimento Negro se legitima e apresenta reivindicações que iniciaram decisivamente o marco legal de combate ao racismo no Brasil. A partir das demandas e exigências apresentadas pelo movimento, fomentou-se a elaboração das ações afirmativas, através das leis de cotas para negros e indígenas que viabilizaram o acesso desses grupos sociais ao ensino superior, bem como a participação em concursos públicos. Nesse sentido, tivemos ainda a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) através da Lei 10.639⁵ de 2003 que descreve no artigo 26-A, a obrigatoriedade e inclusão no currículo oficial da rede pública e privada o estudo da história e cultura afro-brasileiras. Em vista disso, Nilma Lino Gomes (2019, n.p.)⁶ na obra *Movimento Negro Educador*, realça: “é esse movimento social que fez e faz a tradução intercultural das teorias e interpretações críticas realizadas sobre a temática racial no campo acadêmico”.

Diante dessa afirmação, fica subentendido que a Educação Antirracista ancora suas bases na construção de uma educação que estimula os sujeitos a se conhecerem e se autoafirmarem perante a negação sobre a contribuição do povo negro brasileiro na concepção da sociedade em que vivemos. Através das articulações do Movimento Negro no campo educacional com práticas e intervenções específicas a sociedade vem, ao longo do tempo, se reeducando direta ou indiretamente. Essa constatação pode ser evidenciada através das vozes e corpos negros anônimos que continuam atuando para a superação do racismo com a perspectiva

⁴ De acordo com Fahs (2019), “a Marcha Zumbi, realizada em Brasília em 1995, contou com a presença de 30 mil pessoas, despertando a necessidade de políticas públicas destinadas aos negros, como forma compensatória e de inclusão nos campos socioeducativos. Com dados alarmantes do IBGE e IPEA, um decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Porém, a instauração de medidas práticas passa a ser realizada só após a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatadas de Intolerância (Durban, África – 2001). A partir desse momento, o governo brasileiro passa a ter interesse em demonstrar, efetivamente, o cumprimento de resoluções determinadas internacionalmente pelos órgãos de Direitos Humanos”. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-negro/#o-movimento-negro-unificado-mnu>. Acessado em: 27 jun. 2025.

⁵ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acessado em: 27 jun. 2025.

⁶ De acordo com a ABNT NBR 6023 no item 8.7.6: quando a publicação não for paginada ou a numeração de páginas for irregular, deve-se indicar esta característica “não paginado” ou “paginação irregular”. No caso dos livros digitais que não possuem paginação deve ser indicado: não paginado (n.p.). A ABNT exige que estas informações estejam especificadas. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5823/material/NBR6023.pdf>. Acessado em: 26 jun. 2025.

da afirmação da identidade, valores, trabalho, cultura e vida da população negra em geral. De acordo com Nilma Lino Gomes:

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esse movimento que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento. No caso do Movimento Negro mostrei como muito do que sabemos e do que tem sido desvelado sobre o papel da negra e do negro no Brasil, as estratégias de conhecimento desenvolvidas pela população negra, os conhecimentos sobre as relações raciais e as questões da diáspora africana, que hoje fazem parte das preocupações teóricas das diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, só passaram a receber o devido valor epistemológico e político devido à forte atuação do Movimento Negro (Gomes, 2019, n.p.).

É com certeza na capacidade de transformação dos sujeitos e do mundo que apresentamos nesse artigo dois modelos educacionais que atuam de maneira respeitosa no tocante aos “saberes” do nosso povo e sociedade. Tanto a Educação Popular quanto a Educação Antirracista possuem a organização e a sistematização das atividades necessárias para desenvolver e consolidar esses saberes provenientes da experiência e luta do povo negro em diversos setores de atuação, quais sejam: práticas sociais, políticas, pedagógica e produção intelectual dos sujeitos que foram colocadas a margem da sociedade em virtude dos processos opressores que, infelizmente, ainda são vigentes em nosso país.

Assim, quando a educação tem por objetivo despertar nos educandos o olhar crítico e o encorajamento é possível que contribua para um pensamento e ações emancipatórias dos sujeitos no campo político e social, aspectos essenciais para a ressignificação das opressões e preconceitos em nosso país. Assim, a educação antirracista tem lugar propício para se fazer as reflexões necessárias sobre as estratégias de enfrentamento e construção da autonomia das pessoas. Nesse sentido, propomos um olhar específico para os modelos educacionais que sinalizamos nessa reflexão textual.

1 Diálogos insurgentes de luta e conscientização crítica dos sujeitos

Conforme Miguel Arroyo (2014), em sua obra *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*, compreende que a Educação é um lugar de construção de diálogo reflexivo, numa perspectiva insurgente de natureza democrática que contempla e possibilita o debate, tendo em vista o respeito a pluralidade das vivências e as especificidades, como por exemplo dos sujeitos negros, quilombolas, indígenas, LGBTQUIAPN+, dentre outros. Com base nessa reflexão, percebemos

que os Movimentos Populares, historicamente repercutiram para construção de uma Educação Popular⁷, sendo essa um exemplo de educação que considera o contexto de vida dos educandos e promove uma práxis pedagógica que suscita nos sujeitos a criticidade e autonomia necessária para refutar e combater as opressões sociais. Nesse sentido, Paulo Freire reflete:

Por isso, desde já, salienta-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época. Esta, por outro lado, se realiza à proporção em que seus temas são captados e suas tarefas resolvidas. E se supera na medida em que temas e tarefas já não correspondem a novos anseios emergentes que exigem inclusive uma visão nova dos velhos temas (Freire, 1967, p.44).

Por conseguinte, partindo do diálogo coletivo visando compreender a própria realidade os(as) educandos(as) começam a exercitar suas consciências numa ação articulada com as atividades que expõe a realidade das situações-problemas-desafios⁸, objetivando encontrar soluções para viabilizar, ou pelo menos mitigar contextos conflituosos. Portanto, é nesse cenário de lutas que apresentamos a Educação Popular como perspectiva educacional relevante para viabilizar o movimento de conscientização das massas enfatizando que esse é um trabalhado baseado no diálogo crítico, na fala e vivência dos(as) educandos(as). Assim, entendemos que a práxis da Educação Popular é ao mesmo tempo desafiador e transformador.

Ainda, asseveramos que no diálogo encontramos a condição essencial para que os indivíduos se sintam seguros para expressar livremente suas práticas sociais, pois é na prática social que é possível se encontra a relação de liberdade, conforme apresenta a perspectiva da Pedagogia da Educação Popular, onde esse sujeito encontra sua “palavra”, sua identidade para o exercício do direito humano, social e político. Assim, a partir de uma consciência libertadora, o sujeito torna-se capaz de mover-se para o enfrentamento de diversas pautas problematizadoras em que, anteriormente, eram vistas com naturalidade, como por exemplo a violação de direitos, conforme podemos identificar nos casos de racismo que ocorrem, inclusive no espaço escolar.

⁷ Conforme Paiva (2003, p. 56): “Entende-se por educação popular, frequentemente, a educação oferecida a toda população, aberta a todas as camadas da sociedade. Para tanto, ela tem que ser gratuita e universal. Outra concepção da Educação Popular seria aquela da educação destinada as chamadas ‘camadas populares’ da sociedade: a instrução elementar, quando possível, e o ensino técnico profissional tradicionalmente considerado, entre nós, como ensino ‘para desvalidos’”.

⁸De modo geral, a consciência dominada, não só popular, que não captou ainda a “situação-limite” em sua globalidade, fica na apreensão de suas manifestações periféricas às quais empresta a força inibidora que cabe, contudo, à “situação-limite” (Freire, 1987, n.p.). Essas situações-limites, tornam-se problemas e desafios que necessitam da criação de estratégias no combate a opressão para serem superadas.

Perante essa realidade, a educação se torna imprescindível no enfrentamento dos atos opressivos, sublinhando que a legislação brasileira já possui parâmetros para combater esse tipo de crime. Mediante o delineado até o momento, entendemos que se torna urgente conciliar o despertar crítico e o universo da concepção de autonomia propostos pela Educação Popular, juntamente com a práxis educacional que possui como fundamento o compromisso antirracista reforçando a valorização e a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros em todo o processo histórico-cultural que forjou o país. Nesse aspecto, apreendemos que a Educação Antirracista⁹ também assume importante função ao oportunizar que educandos e educandas conquistem a autonomia através do encorajamento no combate as opressões que se encontram enraizadas nos crimes de racismo. Segundo Nilma Lino Gomes:

Uma coisa é certa: se não fosse à luta do Movimento Negro nas suas mais diversas formas de expressão e de organização com todas as tensões, os desafios e os limites muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas (Gomes, 2019, n.p.).

Ainda, dialogando com Gomes:

A própria inclusão do racismo como crime inafiançável na Constituição Federal e a obrigatoriedade do estudo de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares da educação básica não teriam se transformado em realidade, ajudando a todos nós, brasileiras e brasileiros de todo e qualquer grupo étnico-racial a superar a nossa ignorância sobre o racismo e seus efeitos nefastos, como também a reconhecer o protagonismo das negras e dos negros que representam 53% da população que vive e constrói o nosso país (Gomes, 2019, n.p.).

Assim, a partir das reflexões apresentadas por Gomes (2019), percebemos a importância de superar em definitivo as opressões racistas. Diante desse panorama, entendemos que a ação dialógica entre a Educação Popular e Educação Antirracista podem contribuir, de forma efetiva, para a emancipação humana e a autoafirmação racial. Nesse sentido, é possível refletir sobre a construção de uma sociedade igualitária, que respeite as identidades e culturas que coexistem em nosso país. Nessa perspectiva, a legislação vigente que lastreia a política educacional, contida na Lei 10.639/2003, se torna fundamental para a conquista dos objetivos da Educação

⁹ A Educação Antirracista compreende abordagens pedagógicas na perspectiva de combater o racismo estrutural e a discriminação. A Educação Antirracista é um movimento educacional que visa (re)estruturar tanto o currículo, quanto as práticas pedagógicas na perspectiva de combater o racismo presente na estrutura social do país. Também, consultar NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

Antirracista, pois a medida que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas (públicas e privadas), reforça a essencialidade de se trabalhar com modelos educacionais que almejam uma consciência de autonomia dos sujeitos.

2 Estratégias de trabalho da Educação Popular e Educação Antirracista

Discorrer sobre uma educação que proporcione conhecimentos para dialogar com os interesses e particularidades da comunidade escolar, sobretudo numa concepção de enfrentamento dos movimentos opressivos, possibilita realizar articulações e ações para o fortalecimento das comunidades (rurais, quilombolas, indígenas, dentre outros), de igual modo com os movimentos sociais que vem atuando de forma primorosa na defesa das identidades e autonomia dos sujeitos. Nesse sentido, os modelos educacionais¹⁰ que trabalhamos nesse artigo possuem a missão essencial de levar para o ambiente escolar as denúncias e reflexões que ocorrem tanto no contexto social quanto na sala de aula.

As análises que resultam desse trabalho permitem aprofundar a discussão sobre problemas contidos nos currículos e no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, apontamos sugestões de atividades pautadas nos direcionamentos da Educação Popular e Educação Antirracista como ferramentas que promovem conscientização, fortalecimento e afirmação dos sujeitos. De acordo com algumas ações desenvolvidas junto a Ong Ação Educativa¹¹, igualmente, com a Coordenação da Educação da Igualdade Racial de Imperatriz¹² (CEIRE), com a finalidade de fortalecer e identificar a presença negra na Cidade de Imperatriz e região, participamos de oficinas que discutem de maneira objetiva as dificuldades e soluções para encerrar com as opressões e preconceitos existente nas escolas estaduais de ensino médio. São

¹⁰ Os modelos educacionais, os quais se refere este artigo consiste na superação do modelo curricular tradicional, vigente nas escolas. Ou seja, são Projetos Políticos Pedagógicas que dialogam com as temáticas de lutas e movimentos sociais, como: movimento negro, quilombolas, indígenas, movimento camponês, com a Educação do Campo e a pedagogia da Alternância.

¹¹ Fundada em 1994, a Ação Educativa é uma associação civil sem fins lucrativos que atua nos campos da educação, da cultura e da juventude, na perspectiva dos direitos humanos. Para tanto, realiza atividades de formação e apoio a grupos de educadores, jovens e agentes culturais. Integra campanhas e outras ações coletivas que visam à realização desses direitos. Desenvolve pesquisas e metodologias participativas com foco na construção de políticas públicas sintonizadas com as necessidades e interesses da população. É sua missão a defesa de direitos educativos, culturais e da juventude, tendo em vista a promoção da democracia, da justiça social e da sustentabilidade socioambiental no Brasil. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

¹² A Coordenação da Educação da Igualdade Racial de Imperatriz, trabalha atividades focadas na promoção da educação antirracista e na aplicação da lei 10.639/03 nas escolas. Inclui ações como palestras, formações continuadas, e concursos culturais, visando engajar comunidades escolares e estudantes em diálogos sobre temas étnico-raciais. O cronograma abrange atividades ao longo do ano, com a participação de equipes educacionais, estudantes e parcerias com diversas entidades. Disponível em: https://linklist.bio/A_ES_CEIRI_UREI_2023_Materiais_antirracistas_e_Cronograma_CEIRI. Acesso em: 26 jun. 2025.

atividades que promovem ações para se trabalhar todo o ano letivo, sempre focadas na construção crítica da relação dos sujeitos com o mundo. Segundo Paulo Freire:

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. Como manifestação presente à experiência vital, a curiosidade humana vem sendo histórica e socialmente construída e reconstruída. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípua da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Curiosidade com que podemos nos defender de “irracionalismos” decorrentes ou produzidos por certo excesso de “racionalidade” de nosso tempo altamente tecnologicizado (Freire, 1996, n.p.).

É explorando a “curiosidade” dos(as) educandos(as) que desenvolvemos dinâmicas de participação coletiva com a intenção de chamar a atenção desses sujeitos para o contexto no qual se encontram inseridos. Do mesmo modo, trazê-los para um movimento reflexivo e prático que desvela as possíveis opressões presentes no espaço educacional que estudam. Estamos discutindo sobre modelos educacionais que já se consolidaram como método pedagógico nas ciências da educação, principalmente a Sociologia, Filosofia e Psicologia, ou seja, apresentamos como ferramenta de combate as opressões e ao racismo dois modelos educacionais cientificamente sistematizados que consideram os sujeitos “agentes efetivos” da transformação social.

3 Metodologia de trabalho

Nesta seção, a metodologia adota para esta reflexão encontra-se ancorada na perspectiva qualitativa de investigação, que segundo Demo (1988, p.8): “Por ser atributo humano, qualidade é função precipuamente da educação, já que educação é o caminho crucial da competência histórica”. Nessa perspectiva, buscamos desenvolver o estudo a partir dos princípios de uma pesquisa-ação com base em Michel Thiollent (1985), pois é um procedimento metodológico que convida à um movimento de transformação da realidade social, bem como dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, apresentamos de forma sucinta os principais aspectos das atividades desenvolvidas em parceria com a ONG Ação Educativa e com a CEIRI, na cidade de Imperatriz. A metodologia adotada na dinâmica proposta tem como objetivo central estimular o engajamento dos participantes e favorecer o autorreconhecimento da identidade negra. No

âmbito da Educação Popular, as ações foram fundamentadas nas concepções pedagógicas de Paulo Freire, especialmente no Círculo de Cultura e na Palavra Geradora, utilizados como ferramentas mediadoras para fortalecer a leitura crítica da realidade e a compreensão das experiências vividas pelos sujeitos envolvidos.

Tendo em vista a temática da Educação Antirracista, construímos o diálogo coletivo por meio do Círculo de Cultura, onde os alunos puderam manifestar situações-problemas-desafios que percebem no cotidiano escolar. Nesse sentido, a partir da escuta das falas, elaboramos um quadro dos sentidos com base nas palavras identificadas no diálogo. Posteriormente, solicitamos a cada aluno que expressasse em uma palavra o que esse momento coletivo de diálogo representou. Ao final da anotação de todas as palavras derivadas do universo vocabular dos participantes, construímos a palavra “geradora” do encontro. Assim, a partir dela, foi possível elaborar ações que pudessem contribuir como alternativa de resolução da problemática discutida. Também, como ferramenta pedagógica, fizemos uso dos Indicadores da Qualidade na Educação (Indiques)¹³.

Os Indiques têm por objetivo autoavaliar a conjuntura encontrada no ambiente escolar, essa atividade é apoiada por um conjunto de materiais didáticos (cartilhas, documentos legais, cartazes, dentre outros) que reúnem uma linguagem para interpretação e compreensão com o objetivo de mobilizar a participação dos diferentes atores que partilham o ambiente educacional: educandos ou educadores, gestores, família, funcionários ou representantes da educação local. Os indicadores da educação trazem as discussões a partir de sete (07) dimensões:

- 1- Relacionamento e atitudes;
- 2- Currículo e prática pedagógica;

¹³ Publicado o Termo de Cooperação, a interlocução direta na execução de nossas ações fora direcionada para a SUPMODE – Superintendência de Modalidades e Diversidades Educacionais. Com o passar dos anos a confiança em nosso trabalho e compreensão da relevância da metodologia dos Indiques (Indicadores de Qualidade na Educação) para aplicação da Lei 10.639 permitiu que realizássemos pesquisas e formações que acreditamos contribuíram diretamente para o fortalecimento da política pública de enfrentamento ao racismo institucional no ambiente escolar e para a articulação da SEDUC com organizações do Movimento Social Negro e da sociedade civil atuantes no enfrentamento ao racismo no Maranhão e parceiros históricos da Ação Educativa na luta antirracista. Os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola têm o objetivo de contribuir para que a gestão pública e as unidades escolares desenvolvam um processo de autoavaliação participativa que favoreça a ampliação da roda de pessoas e coletivos comprometidos com a superação do racismo e de outras discriminações e que a agenda das relações raciais esteja contemplada nos Projetos Políticos Pedagógicos, gerando transformações efetivas no cotidiano escolar. Iniciamos em 2019 um cuidadoso caminho de articulação institucional que culminou no estabelecimento de Termo de Cooperação Técnica entre a SEDUC-MA e a Ação Educativa em 2020. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/publicacoes/indicadores-da-qualidade-na-educacao-relacoes-raciais-na-escola-de-imperatriz-ma/>. Acessado em: 26 jun. 2025.

- 3- Recursos e materiais didáticos;
- 4- Acompanhamento e permanência na escola;
- 5- O papel do profissional da educação;
- 6- A gestão democrática;
- 7- Para além da escola.

A elaboração dessas estratégias para a superação das situações-problemas-desafios agrega qualitativamente ao processo de ensino-aprendizagem na escola, proporcionam a autonomia e a consciência crítica necessário para a emancipação e autorreconhecimento da identidade negra dos sujeitos. Portanto, diante do exposto entendemos a importância da discussão sobre a autonomia dos sujeitos e sua compreensão sobre sua identidade negra e para tal esforço humano, teórico e metodológico nos embasamos nos estudos apresentados pela Educação Popular e Educação Antirracista.

4 Perspectivas de resultados

Com base nas explicações realizadas nesse trabalho, é possível compreender que estamos abordando situações que perpassam aspectos históricos preservados durante décadas e como resultado produziram efeito deletério sobre a vida dos sujeitos que inseridos no conceito de minoria social. Assim, nossa reflexão pedagógica visa contribuir com a dissolução dos preconceitos também das desigualdades sociais, acreditando que a educação possibilite os meios necessários para essa superação. Com essa ênfase, torna-se necessário sublinhar quais ações podem promover a conscientização crítica e o reconhecimento racial são pontos importantes para essa transformação.

Nessa conjuntura, consideramos que as ações desenvolvidas com o apoio da Educação Popular e da Educação Antirracista, através da sistematização do conhecimento, são capazes de produzir impactos positivos na desconstrução das opressões e preconceitos que atuam insistentemente para invisibilizar uma parcela considerável da população brasileira. Desse modo, fazendo uso de material pedagógico adequado no sentido de chamar nossa comunidade estudantil a fazer reflexões sobre as “realidades” existentes tanto na rotina diária de suas vidas quanto na vida escolar, a perspectiva é de colaboração para a construção da ruptura desse processo histórico de desigualdades.

Nessa perspectiva, em 2023 trabalhamos os Índiques no Centro de Ensino Newton Barjonas Lobão, escola estadual de ensino médio, localizada no bairro Bom Sucesso na cidade de Imperatriz. Participaram das atividades sessenta e seis (66) estudantes do turno matutino.

Para iniciar as atividades fizemos uma reunião somente com os representantes do grêmio estudantil e os líderes de turma do primeiro ano (1A, 1B, 1C, 1D, 1E); segundo ano (2A, 2B, 2C,); e terceiro ano (3A, 3B, 3C) para falar sobre os Indiques e também explicar a dinâmica dos Círculos de Cultura, em seguida dividimos os grupos de trabalho.

Destacamos que nossa dinâmica de trabalho é coletiva e os representantes dos alunos após compreenderem a ação se tornam parceiros para ajudar a esclarecer nos grupos de trabalho como serão utilizadas as placas nas cores verde, amarela e vermelha que representam respectivamente: a escola é envolvida no combate ao racismo, enfrenta o problema de maneira secundária e por último a escola não se manifesta quando recebe denúncias de atos racistas. Do mesmo modo, se a unidade educacional possui um setor/departamento para fazer a escuta desses casos no sentido de resolvê-los. Portanto, identificada as situações-problemas-desafios mais presentes no cotidiano do centro de ensino os alunos se manifestam através das placas para indicar se escola atua ou não diante dessas questões.

Exemplificando, ao discutir sobre a Dimensão 1 (relacionamento e atitudes), fizemos a seguinte pergunta: na escola de vocês já aconteceu algum caso de racismo, todos levantaram a placa vermelha indicando que “sim” a escola enfrenta casos de racismo. Posteriormente, convidamos cada estudante para dizer uma palavra que simboliza a nossa manhã de trabalho dialógico e coletivo. As palavras “força, resistência e luta” foram as mais significativas e a palavra “luta” guiou toda a discussão sobre o enfrentamento ao racismo, a efetivação da Lei 10.639/03 e o combate as práticas racistas na escola.

Finalizada a anotação das palavras e expressões geradoras, derivadas do universo vocabular desses sujeitos temos, em síntese a “palavra geradora” – luta. Evidenciando, também, uma análise sobre o cenário escolar, de dificuldades, da realidade de preconceitos. Isso significa a necessidade da construção de estratégias pedagógicas e metodológicas, bem como de material pedagógico e paradidático referente ao enfrentamento e valorização do sujeito, espaço e cultura negra.

Quando nos referimos ao comprometimento da educação em formar sujeitos conscientes da sua “relação com o mundo” estamos tratando de aspectos discutidos e trabalhados pela Educação Popular e a Educação Antirracista, pois são exemplos de educação que consideram a existência dos (as) educandos (as) a partir compreensão da realidade e do seu próprio universo vocabular.

Como podemos perceber no relato da aluna Williany (2º ano B): “entendi mais sobre a importância de pensar sobre tudo que dizemos e fazemos, pois muitas vezes podemos dizer

coisas que machucam as pessoas, principalmente, as pessoas que mais amamos. E está manhã foi muito importante para abrir os nossos olhos, somos líderes de turma e temos que dá o exemplo na sala de aula que é um lugar onde acontece muito *bullying* e racismo. Foi muito importante tudo isso”!

Portanto, trabalhar a Educação Antirracista associada a Educação Popular torna possível desenvolver a reflexão crítica e a valorização da Cultura Africana e Afro-brasileira. Além disso, colabora diretamente com a discussão sobre a emancipação dos sujeitos e sua compreensão sobre a história e ancestralidade negra. Estas são atividades que possibilitam o autorreconhecimento racial dos sujeitos, e nesse sentido, compreendemos que deve ser trabalhada de maneira continua durante o processo de ensino e aprendizagem nas escolas com o objetivo de formar cidadãos conscientes da sua identidade.

Assim, reiteramos a urgência em trabalhar com pedagogias e métodos que estimulem a criticidade, encorajamento, emancipação e reconhecimento identitário, a exemplo das perspectivas educacionais mencionadas nesse artigo que busca contribuir para a construção de uma sociedade equitativa que promova dinâmicas de ensino antirracista e de emancipação dos sujeitos. Desenvolver estratégias pedagógicas, a exemplo do círculo de cultura e da palavra geradora, é um passo importante no combate as opressões provenientes do racismo. Conforme os apontamentos anteriores, estamos trilhando esse caminho ancorados na Educação Popular e Educação Antirracista, ainda, desenvolvendo atividades junto a Ong Ação Educativa e Coordenação da Educação da Igualdade Racial de Imperatriz.

Considerações finais

Estamos percorrendo um campo de disparidades sociais que operam sistematicamente para a manutenção do *status quo* das desigualdades existentes em nosso país, sempre num movimento de tensão por meio das relações de poder que nos levam a questionar sobre as concepções, representações e estereótipos construídos histórico e socialmente. Processos que aprisionaram uma parcela significativa do povo brasileiro. Quando nos referimos ao comprometimento da educação em formar sujeitos conscientes da sua “relação com o mundo” estamos tratando de aspectos discutidos e trabalhados pela Educação Popular e a Educação Antirracista, pois são exemplos de educação que consideram a existência dos(as) educandos(as) a partir compreensão da realidade e do seu próprio universo vocabular, ou seja, o encontro com seu lugar de fala, sua identidade.

As perspectivas educacionais mencionadas rompem com paradigmas, pois é necessário que sejam superados os padrões hierárquicos que separam tipos de conhecimento, formas de conceber o mundo e condições de existir nesse espaço social. A quebra de paradigmas significa esclarecer que não existe hierarquia entre conhecimentos, culturas e saberes, sendo esses os pontos cruciais para que a educação cumpra com a sua missão de formar sujeitos críticos com capacidade de transformação da sua própria realidade e do mundo. Precisamos ter certeza e consciência das transformações positivas alcançadas no contexto social com o suporte dos Movimentos Sociais, Educação Popular e Antirracista, porém temos muito a fazer no dia a dia da vida social, especialmente no cotidiano educacional.

Concluindo, no decurso desse trabalho indicamos como as concepções educacionais progressistas e antirracista têm contribuído para a eliminação das desigualdades e preconceitos. Assim, ao apresentarmos as concepções da Educação Popular, a partir do conhecimento e metodologia em Paulo Freire, foi possível desenvolver com mais lucidez, os estudos e atividades trabalhadas sobre o processo histórico-cultural do povo negro através da Educação Antirracista que possui inúmeros estudiosos, conforme apresentado em nosso artigo com base nas reflexões da professora Nilma Lino Gomes. Logo, estamos levando a nossa contribuição para a construção de uma educação emancipadora e antirracista. Entretanto, precisamos aqui deixar algumas reflexões para que o leitor a partir da sua própria ótica reflita: Será que essa mudança de paradigmas vem acontecendo? De que maneira? Quais caminhos você indica para construção de uma educação emancipadora e antirracista?

Referências

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

AÇÃO EDUCATIVA. *Indicadores da Qualidade na Educação*. Relações raciais na escola: Imperatriz, Maranhão. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/publicacoes/indicadores-da-qualidade-na-educacao-relacoes-raciais-na-escola-de-imperatriz-ma/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

AÇÃO EDUCATIVA. *Sobre nós*. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

ARROYO, Miguel, G. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. *Lei 10.639, de 10 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. *Rev. latino-am.enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 6, p. 89-104, abril, 1998.

FAHS, Ana C. Salvatti. O movimento negro a partir dos anos 70. Politize, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-negro/#o-movimento-negro-unificado-mnu>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. A constituição da identidade negra. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 22, p. 1-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.4513>. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/684145037/admin-Pedagogica-v22-2020-FabienneCunha-A-constituicao-identidade>. Acesso em: 26 jun. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnicos raciais, educação e descolonização dos currículos. *Revista Currículos sem Fronteira*, [S. l.], v.12, n.1, p.98-109, 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SEDUC/MARANHÃO. *Ações CEIRI/UREI*. Ações e cronograma 2023. Disponível em: https://linklist.bio/A_ES_CEIRI_UREI_2023_Materiais_antirracistas_e_Cronograma_CEIRI. Acesso em: 26 jun. 2025.

SILVA, Daniel Neves. *Ditadura Civil-militar. História do Mundo*, (s.d.). Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/ditadura-militar-no-brasil.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Editora Cortez, 1985

UNESCO Digital Library. *Educação Popular na América Latina*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000143237>. Acesso em: 27 jun. 2025.

Recebido em 20 de setembro de 2025

Aceito em 22 de dezembro de 2025